Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MARGARET DO ROSÁRIO SILVA

ORIENTADORA: RAQUEL GOMES PINTO

BRASÍLIA/2011

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

MARGARET DO ROSÁRIO SILVA

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria. Orientadora: Professora Raquel Gomes Pinto.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

MARGARET DO ROSÁRIO SILVA

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/03/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

RAQUEL GOMES PINTO (Orientador)

VIVIANE FERNANDES F. PINTO (Examinador)

MARGARET DO ROSÁRIO SILVA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Aos professores que lutam bravamente e se dedicam para possibilitar aos alunos o direito a educação com qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar a oportunidade de ser professora, por não me deixar desistir diante das dificuldades, aos colegas de trabalho e por todos que acreditaram em mim.

RESUMO

O estudo investigou as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam na inclusão em uma escola que faz parte da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Foram feitas entrevistas com dez professores que trabalham com as turmas inclusivas do Ensino Fundamental, séries iniciais e finais, onde se buscou discutir e analisar quais os aspectos são necessários à efetivação da proposta inclusiva, considerando questões como: formação de professores, suporte para os profissionais envolvidos no processo, acessibilidade, adequação curricular, ambiente escolar adequado, recursos pedagógicos, participação da família, bem como a reformulação dos componentes curriculares dos cursos de graduação.

Palavras-chave: Inclusão; Formação de professores; Acessibilidade.

SUMÁRIO

RESUMO..... 05

APRESENTAÇÃO..... 08

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 11

II. OBJETIVOS..... 21

III.1. OBJETIVO GERAL..... 21

III.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 21

III. METODOLOGIA..... 22

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 27

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 44

APÊNDICES..... 47

A – ENTREVISTA..... 48

ANEXOS..... 51

A – Carta de Apresentação..... 52

B – Termo de Consentimento Livre e esclarecido..... 54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação..... 31

Figura 2. Participação em Cursos sobre a Temática..... 32

Figura 3. Tempo de experiência em Docência..... 36

Figura 4. Tempo de experiência com alunos inclusos..... 36

Figura 5. Acessibilidade da escola..... 37

Figura 6. Afetividade dos alunos ditos normais com os alunos inclusos..... 38

APRESENTAÇÃO

A inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos, abordando os pressupostos teóricos e as formas de implementação das diretrizes estabelecidas. Nota-se que a inclusão está centrada na concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, porém é conveniente saber quais aspectos são necessários à efetivação da proposta inclusiva, haja vista, que a inclusão se dá em muitas escolas, sem uma preparação e suporte necessário para os profissionais e educadores.

O que se observa, hoje, na prática é bem distante do que é previsto em lei. Sou professora da Fundação Educacional do Distrito Federal, licenciada em Matemática pela PUC-MG com especialização em “Metodologia no Ensino da Matemática no Processo Educativo” pela Faculdade de Educação São Luiz, São Paulo. Tenho vinte e dois anos de docência e trabalho ha cinco anos com alunos inclusos. O primeiro ano de experiência com um aluno incluído foi um tanto traumático, pois assim como a maioria dos professores não recebi orientação de como deveria trabalhar com esse aluno e muito menos fui informada a priori que teria um aluno Deficiente Intelectual – DI em minha classe de 6ª série. A professora da sala de recursos aparecia de vez em quando para saber qual o conteúdo seria trabalhado a cada bimestre, contudo não recebi nenhum tipo de suporte no decorrer do ano letivo e esse fato me motivou a fazer a minha pesquisa para identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva que muitas vezes aprendem de forma intuitiva ou por meio de estudo individual a melhor forma de lidar com aluno especial, necessitando de adequada orientação profissional e apoio pedagógico.

O que se observa é que os alunos são incluídos no ensino regular, apenas para atender a uma exigência legal, sem investimento na capacitação

desses profissionais que ainda não estão preparados para oferecer um ensino de qualidade.

Sabe-se que a aprendizagem da docência e a construção dos saberes para trabalhar com aluno incluído, podem acontecer de diferentes formas, além do estudo acadêmico, a experiência é um fator importante no desempenho pedagógico do professor. Para investigar isso, foi feita uma pesquisa qualitativa com entrevista semi-aberta com os profissionais que atuam em salas inclusivas do ensino fundamental anos iniciais e finais, sala de recurso e professor mediador (intérprete). O estudo pretendeu diagnosticar, descrever e interpretar o contexto em que tais profissionais estão inseridos, fatos que são vivenciados, bem como dificuldades enfrentadas no dia-a-dia.

Diferentes aspectos estão envolvidos na prática pedagógica inclusiva, tais como formação profissional e percepção das realidades sociais e locais envolvidas. Faixa etária, aspectos educacionais e econômicos são também variáveis importantes para que a inclusão seja efetiva. Não basta que a escola siga os parâmetros educacionais fornecidos pelas instâncias hierárquicas superiores, faz-se necessário que esses requisitos se adaptem a bagagem e vivência social e afetiva do aluno.

O foco no aluno, agente participativo no processo inclusivo, perpassa não apenas as necessidades dos alunos, mas as necessidades dos profissionais envolvidos, tais como formação, estrutura, e até mesmo remuneração deles, além da participação dos pais na vida escolar, contribuindo nas questões médicas e de vivência afetiva. Geralmente, estes aspectos são desprezados nos projetos e programas governamentais, visto que buscam trazer uma abordagem geral para os alunos especiais, ocorrendo assim, uma prática falha e com lacunas em alguns aspectos importantes na vivência escolar e social.

Contrapondo os ideais de uma educação inclusiva e a realidade a que estão expostos os alunos inclusos e os profissionais da educação, percebemos que apesar de existirem dispositivos legais para atendimento de alunos com necessidades especiais, os requisitos para suprir essas carências nem sempre têm suporte nas escolas, tanto nos aspectos de recursos materiais, estrutura

física e ambiente escolar, como rampas e banheiros ou recursos humanos como profissionais qualificados para atender as necessidades individuais dos alunos. Portanto, objetivou-se investigar as dúvidas e anseios em relação à inclusão, analisou quais os avanços que a inclusão trouxe a prática pedagógica e levantou soluções para os problemas enfrentados.

O presente trabalho foi dividido em três momentos, inicialmente, foi abordado o que diz a legislação a respeito da educação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; posteriormente, foi feito um paralelo entre o que diz Teoria e a Prática na Educação Inclusiva e por fim alguns apontamentos para dar suporte ao trabalho docente que favoreça a inclusão. O estudo foi embasado em fontes teóricas como Mantoan (2006), Blanco (2004), Marchesi (2004) e outros, buscando fazer um paralelo entre as suas idéias com as realidades dos participantes da pesquisa.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. 1. Educação Inclusiva – Definição e Fundamentos Legais

Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis da educação independente de suas diferenças ou dificuldades individuais, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, respeitando a diversidade inerente à espécie humana, como afirma Mantoan (2006), incluir "de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los" (p.15).

Existem vários documentos que asseguram a educação inclusiva, dentre eles destaca-se, em nível internacional, a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro de uma Pedagogia capaz de satisfazer as suas necessidades. Além disso, todos os governos precisam aprimorar os seus sistemas educacionais no sentido de tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. A Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, que "tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade" e a Convenção da ONU de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece que os Estados Partes assegurem e promovam a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência.

No contexto Federal, destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 em seu Art. 208 determina que seja dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei Nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996 (LDB) em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”, no parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Quanto aos profissionais, no Art. 59, III, a lei garante:

> Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 2002).

No DF, destaca-se a Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993, que em seu Art. 229 assegura a especialização de profissionais da educação para o ensino fundamental, incluída a formação de docentes para atuar na educação de portadores de deficiência e de superdotados, em seu Art. 232 garante atendimento educacional especializado, em todos os níveis, aos superdotados e aos portadores de deficiência, na medida do grau de deficiência de cada indivíduo, preferencialmente ministrados na rede regular de ensino, resguardadas as necessidades de acompanhamento e adaptação.

A Lei Nº 3.218, de 05 de novembro de 2003 também dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Em seu Art. 1º, § 1º discorre:

> Entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades, ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança (BRASIL, 2003).

Em seu Art. 2º, II, essa mesma lei garante formação continuada para os professores da educação básica, que atuam na Educação Inclusiva.

Observa-se, portanto, que apesar da existência de ampla legislação assegurando atendimento especializado às crianças portadoras de necessidades especiais e a formação dos professores para atendê-las, na prática, há outra realidade. Conclui-se que, apesar das leis garantirem direitos aos alunos especiais, nem sempre eles são assegurados na realidade.

1. 2. Educação Inclusiva – Teoria X Prática

A educação inclusiva está amparada por resoluções, leis, portarias. Ou seja, a teoria prevê um sistema com espaços físicos favoráveis, materiais didáticos de qualidade, suporte aos professores, qualificação para os profissionais e principalmente viabilizar um atendimento de qualidade respeitando as diferenças dos indivíduos, mas se faz necessário analisar como se encontra a prática, as dificuldades e resistências dos que estão envolvidos no processo.

A literatura declara que desde a implantação da reforma, que aconteceu de forma abrupta, imposta, sem ter o investimento na formação dos profissionais da educação e não fazer um estudo no impacto que essa inclusão provocaria na vida dos alunos, familiares e profissionais, verifica-se que não houve um grande avanço no investimento do preparo dos profissionais do ensino regular, como afirma Angelucci (2002) são “vários educadores que procuram, com muitas dificuldades, trabalhar de maneira ética e comprometida com a Educação Pública, bem como manter a sua dignidade e a dos usuários das escolas” (p. 11), ou seja, “o poder público não está cumprindo bem sua função, o que não impede que cada um assuma sua parte e se torne sujeito dessa história” (MENDES, 2006, p. 16).

Não se pode negar que a Educação Inclusiva é um grande passo na construção de um espaço democrático, Conforme afirma Angelucci (2002) “a maneira como muitas das políticas públicas são formuladas e implantadas, sem considerar a construção coletiva e democrática das diretrizes de Educação” (p. 6) o que acaba por dificultar, pois não se pode vislumbrar uma mudança na prática educativa sem acontecer debates entre os envolvidos.

De acordo com Sá (2003), existem dificuldades e limitações a cerca da inclusão, de um lado estão os professores do ensino regular que relatam a dura realidade das condições de trabalho, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada e os limites da formação profissional. Por outro lado, os pais que preferem manter os filhos em instituições especializadas por receio da discriminação no ensino regular. Apesar disso é possível constatar mudança de postura, de concepções e atitudes por parte de educadores, pesquisadores e do público em geral, pois essas diferenças já foram incorporadas como atributos naturais da humanidade. Ainda segundo Sá (2003):

> Trata-se, portanto, de propor ações e medidas que vise assegurar os direitos conquistados, a melhoria na qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação dos educadores, a remoção de barreiras físicas e atitudinais, a previsão e provisão de recursos materiais e humanos entre outras possibilidades. (p.3)

A Declaração de Salamanca (1994) diz que o fator chave para o sucesso de escolas inclusivas é que todos os educadores tenham uma preparação apropriada. Além disso, recomenda que os professores na formação inicial recebam orientação positiva frente à deficiência, que tenham capacidade de avaliar as necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, capacidade de recorrer às tecnologias, individualização de procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais.

A avaliação precoce da deficiência é muito importante, pois possibilita o início do trabalho com o aluno bem mais cedo. A realidade é diferente, o diagnóstico é demorado e isso dificulta o trabalho junto ao aluno e a família, que muitas vezes não admite o problema do filho, e o processo para sensibilização é lento atrasando mais ainda o atendimento.

A adaptação do conteúdo curricular é uma das estratégias que devem ser utilizadas para proporcionar a inclusão, visto que os alunos não são iguais, como afirma Marchesi (2004):

> Os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção às diferenças individuais

> educativas faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades (p.38)

Para decidir em quais aspectos deve sofrer a adaptação é necessário que os envolvidos no processo conheçam as peculiaridades de cada aluno, pois as adaptações podem acontecer quanto aos objetivos de cada área, os critérios de avaliação ou quanto aos métodos pedagógicos. Essa é uma decisão criteriosa, difícil e deve ser tomada com muita responsabilidade, para tanto os envolvidos devem estar seguros. Como afirma Prieto (2006) a formação dos professores deve possibilitar-lhes analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, para que sejam capazes de elaborarem atividades, criarem ou adaptarem materiais e aprimorem o atendimento aos alunos. Nesse sentido, Blanco (2004) considera que:

> É preciso assegurar que o currículo da escola seja o mais amplo, equilibrado e diversificado possível. As equipes docentes devem fazer uma análise profunda do currículo oficial para verificar em que medida as necessidades dos alunos são contempladas para tomar as decisões adequadas (p.292).

Outro ponto que vale destacar é o uso das tecnologias como ferramenta metodológica para auxiliar o trabalho docente. É necessário um profissional com capacidade de fazer uso dessas tecnologias, para tanto como afirma Lima (2007), o mesmo deverá receber formação adequada para que suas habilidades estejam sempre à disposição da melhor forma possível ao educando. Os cursos de atualização tecnológica, além de capacitar o professor serve também como uma injeção de ânimo e motivação para que esteja sempre apto a desenvolver sua função da melhor forma possível.

Além do apoio tecnológico, o professor necessita do apoio da sala de recursos, da família e da equipe de direção. É fundamental que o apoio seja prestado para que o professor possa modificar sua prática e favoreça a aprendizagem do aluno. Outro ponto importante é a avaliação

psicopedagógica, que deve permitir ao professor a identificação das necessidades educativas do aluno. Como afirma Giné (2004), a avaliação psicopedagógica deve servir para orientar o processo educacional em seu conjunto, facilitando a tarefa do professor que trabalha cotidianamente com o aluno. De posse das informações de cada aluno, o professor pode direcionar os procedimentos pedagógicos que contemplem as especificidades de cada um.

O professor é a peça principal para fazer com que a inclusão realmente aconteça, portanto é necessário que ele se sinta habilitado para atuar com competência junto aos alunos. Ele não pode se sentir sozinho necessita ser amparado e orientado para agir com segurança. Nesse processo de apropriação das habilidades didáticas é fundamental destacar a atuação dos professores de apoio, conforme afirma Marchesi:

> Seu papel principal é colaborar e ajudar os professores de classe para que desenvolvam estratégias e atividades que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Sua tarefa, portanto, não se centra mais no atendimento exclusivo a esses alunos, mas em ajudar os professores a resolver os problemas e a encontrar a melhor alternativa para a instrução de seus alunos (2004, p.42).

É importante considerar a participação da família da criança com necessidades especiais em seu processo de inclusão, pois sem dúvida, essa criança requer mais cuidados ao longo do seu desenvolvimento e a família necessita de adaptação e orientação de diversos especialistas. Segundo Paniagua (2004), a estimulação desde cedo, as atividades de lazer, situações de jogo ou de estudo compartilhado, requer mais tempo de interação, o que acarreta aos pais tempo para adaptarem, reorganizarem-se e ajudarem adequadamente os filhos e darem apoio necessário ao professor no processo de aprendizagem do filho.

Ao longo do processo o professor tem a possibilidade de construir o seu saber, nos debates com os colegas para troca de experiências, nos desafios

vividos a cada dia, nos cursos de atualização, ou seja, o professor deve estar em formação permanente, e esse aperfeiçoamento se faz de diversas formas e em lugares diferentes, de acordo Dal-Forno e Oliveira (2004), “a inclusão é a novidade que veio para nos fazer pensar que não estamos prontos, formados, e que sempre temos algo para aprender” (p.3), portanto os educadores não poderão se acomodar, terão que discutir e participar do processo de inclusão e fazer a diferença.

1.3. Formação Pedagógica no ambiente inclusivo

O processo de mudança que passa o sistema educacional, onde o objetivo é a inclusão, a formação dos professores tem sido apontada como um dos principais elementos, no sentido de assegurar a esses alunos um ensino de qualidade. Como afirma Marchesi (2004), é muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Esse conhecimento não pode ser exclusivo dos especialistas em educação especial, é necessário que todos os envolvidos no processo tenham conhecimentos e habilidades para participar da adequação curricular, elaborar estratégias diferenciadas, superar os desafios diários e intervir junto ao aluno buscando alternativas para sanar as dificuldades.

Recentemente tem-se discutido se as instituições formadoras estão realmente preparando os professores para receber em suas salas de aula muitas vezes repletas de alunos com diversos problemas, seja de indisciplina ou conflito familiar o que acarreta dificuldade na aprendizagem, os alunos com necessidades especiais. Segundo Moreira:

> As universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE para formar professores

> capacitados a atuarem com o alunado que apresenta dificuldades mais específicas (2007 p.268).

As pesquisadoras Ribeiro, Cordeiro e Bastos (2007), partiram da premissa de que “a maioria dos cursos de formação de professores pouco contribui para que a prática do docente se modifique em relação aos estudantes que tem algum tipo de necessidade educacional especial”. É preciso que essas instituições reformulem o currículo e incorporem novas práticas de forma a possibilitar aos docentes a apropriação das habilidades necessárias para lidar com os desafios dessa nova realidade. Não basta obter conhecimento acerca da disciplina que irá trabalhar, é necessário que o profissional se sinta seguro, com domínio de estratégias para solucionar conflitos, criatividade para fazer adaptações da metodologia e assim fazer da sala de aula um espaço de desenvolvimento. Como afirma Dal-Forno e Oliveira (2004 p. 5), “é na prática que os saberes são colocados a prova, é nela que adquirem validade ou não”.

Sabe-se que existem leis que asseguram ao professor a capacitação para atuar na educação inclusiva, mas como afirma Coelho (2010 p.58) “as questões legais aparecem como suporte orientador e indutor de mudanças, mas não como garantia efetiva da inclusão, já que por si só, leis não garantem mudanças”. A reformulação de cursos de graduação, investimento em capacitação e de especialização em Educação Inclusiva merece maior atenção das autoridades competentes. Não se pode delegar ao professor toda a responsabilidade de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

1.4. Dificuldades dos professores e possibilidades de superação

Diante desse novo cenário em que as escolas procuram se adaptar para ser um ambiente propício a inclusão, é importante questionar, quais são os

avanços e as dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. Em geral as escolas não possuem um ambiente favorável a inclusão, os profissionais reclamam das salas de aula superlotadas, materiais didáticos escassos, móveis inadequados, pouco espaço para recreação e ausência de recursos tecnológicos. Marchesi afirma:

> Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação (2004, p. 44).

Além de todos esses entraves, o processo de inclusão ainda enfrenta a resistência de alguns profissionais, pais e da comunidade em geral, que ainda não conseguiram entender o objetivo na inclusão escolar, que como afirma Prieto (2006, p.40) “é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”.

Nesse novo contexto, se faz necessário pensar e planejar as possibilidades de superação da escola e dos profissionais. Segundo Marchesi (2004), o diretor e sua equipe assumem uma dimensão importante no processo de transformação das escolas, capazes de distribuir o poder, adotem o estilo inovador, que facilitem a participação em projetos coletivos e proporcionem a mudança educativa.

A educação inclusiva envolve planejamento e investimentos de recursos, portanto, exige o comprometimento dos órgãos governamentais como preparação prévia do ambiente escolar, com investimentos na infra-estrutura e na área pedagógica para receber esses alunos. Que as escolas tenham espaços físicos adequados e suficientes como salas de aula, sala de recurso, sala para coordenação, sala para reforço, espaço para recreação, parquinho, além da acessibilidade como rampas e banheiros. Na área pedagógica, as escolas deverão possuir material didático adequado, recursos tecnológicos e profissionais bem qualificados com oferta de cursos de capacitação continuada para todos.

É importante que o professor não se sinta sozinho, que possa contar com o apoio especializado em quantidade suficiente a demanda, como psicólogos, psicopedagogos, intérpretes e terapeutas.

A equipe pedagógica deve propiciar o trabalho em equipe, promovendo a elaboração do projeto político pedagógico com o envolvimento de todos, viabilize espaços onde os professores exponham suas dificuldades com possibilidades de trocas de experiências e oficinas para produção de materiais pedagógicos criativos e específicos para trabalhar com cada necessidade. Ofereça palestras e atividades voltadas a toda a comunidade escolar para informar e sensibilizar, sem atitudes preconceituosas o ambiente é mais favorável a inclusão. Outro fator importante para a atuação dos professores é que eles recebam informações a priori a cerca de cada aluno, com sugestões de atividades e apoio necessário durante o ano letivo.

Sabe-se que existem muitos fatores necessários para que a inclusão aconteça na íntegra, para tanto é necessário que a escola repense a sua prática, reflita sobre o seu desempenho, reformule sua metodologia com constante reflexão sobre e na ação pedagógica. Mas que tenha a certeza que é possível transformar os desafios da inclusão em efetivo trabalho em prol das crianças especiais.

II. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva refletindo como este processo pode ser superado.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as dúvidas e anseios que os profissionais da educação possuem em relação à inclusão.
- Analisar quais avanços a inclusão trouxe para a prática pedagógica dos professores.
- Refletir sobre possíveis soluções para os problemas enfrentados na inclusão.

III. **METODOLOGIA**

3.1. Fundamentação Teórica da Metodologia

De acordo os teóricos como Neves (1996), a pesquisa qualitativa “tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social” (p.2). A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, utilizando-se uma entrevista individual e semi estruturada aos professores que trabalham com oito turmas inclusivas do Ensino Fundamental público do DF em séries iniciais e finais.

Tendo esse enfoque qualitativo ainda segundo Neves (1996), o foco de interesse da pesquisa é mais amplo e parte de uma perspectiva diferenciada dos usos métricos, fazendo parte dela a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo da pesquisadora com o objeto de estudo, que no caso são os professores envolvidos no contexto da inclusão escolar.

O grupo de professores foi escolhido por acreditar que é um recorte espacial da rede pública do GDF, ou seja, acredita-se que os resultados encontrados nesta Instituição Educacional servem de referencial para todas as instituições de ensino, uma vez que todas as escolas atendem aos requisitos propostos pela secretaria de educação.

A partir da perspectiva dos participantes da situação pesquisada, buscou-se o entendimento dos fenômenos para assim situar as interpretações ao fenômeno estudado.

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa deve apresentar algumas características peculiares para o seu desenvolvimento, que, como aplicado a este estudo, são, o ambiente natural escolar como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo das características e dificuldades enfrentadas pelos professores da educação inclusiva; os significados que os entrevistados dão ao temas abordados como

preocupação inerente ao pesquisador e o enfoque indutivo necessário à interpretação dos dados e pensamentos envolvidos na pesquisa.

Como forma de pesquisa qualitativa proposta por Godoy (1995) utilizou-se a pesquisa documental que é aquela constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminado com vistas a uma nova ou complementar interpretação. Escolheu-se essa forma de pesquisa devido às possibilidades de análise de bibliografia complementar e estudos anteriormente realizados que teve como foco de estudo a inclusão.

A abordagem qualitativa visa ao exame detalhado de um ambiente, sujeito ou de uma situação em particular, isso para analisar porque e como as dificuldades para o ensino inclusivo acontecem de maneira a visualizar uma situação geral dentro de um contexto específico.

3.2. Contexto da Pesquisa

Os dados foram construídos em uma instituição que faz parte da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, está localizada na Cidade de Santa Maria, atende alunos do ensino fundamental anos iniciais e finais, ou seja, crianças de 6 a 17 anos dentre eles alunos regulares e especiais. No turno matutino são atendidos seis alunos dos anos iniciais em suas respectivas turmas, sendo portadores de baixa visão, Síndrome de Down, deficiência física (que tem o acompanhamento de um monitor para levá-lo ao banheiro e fazer a higienização) e deficiência intelectual. Todos são atendidos na sala de recurso na própria instituição. Os alunos dos anos finais possuem deficiência auditiva, são atendidos em duas turmas no turno vespertino sendo um aluno da 5ª série/6º ano e seis alunos da 6ª série/7º ano. Esses alunos são acompanhados por dois professores intérpretes e são atendidos na sala de recurso em outra escola.

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre as dificuldades dos professores em lidar com a inclusão dos alunos com necessidades especiais, trazendo sugestões e propostas sobre como promover a sua efetiva integração ao contexto social e de vivência em comunidade. Esta instituição atende aos requisitos propostos pela Secretaria de Educação, apesar de não oferecer adequada estrutura física e a quantidade necessária de profissionais para ofertar uma educação de qualidade tendo em vista a realidade local.

3.3. Participantes

Os participantes envolvidos nessa pesquisa são dez professores que trabalham com alunos da educação inclusiva séries iniciais e finais. Eles estão numa faixa etária de 20 a 50 anos, são professores regentes, da sala de recursos e intérpretes e todos apresentam formação superior concluída. Os professores desta amostra de participantes são cinco professores que trabalham nas séries iniciais são formados em pedagogia, dentre os quais 20% com especialização. Os demais são professores das séries finais licenciados em suas respectivas áreas sendo 60% com especialização.

Quadro 1 (Participantes/ Nomes fictícios)

Nome	Graduação	Atuação: Séries/anos iniciais Séries/anos finais
Ana Maria	Pedagogia/Especialização	Anos iniciais
Júlia	Pedagogia	Anos iniciais
Fátima	Pedagogia	Anos iniciais
Margarida	Pedagogia	Anos iniciais
Carla	Pedagogia	Sala de Recursos
Anita	Matemática/Especialização	Anos finais
Carlos	Matemática/Especialização	Anos finais
Rosária	História/Especialização	Anos finais
Edna	Letras	Anos finais
Fernanda	Letras	Intérprete anos finais

3.4. Materiais de Construção de Dados

Foram utilizados os seguintes Instrumentos materiais:

- questionário e apontamentos decorrentes;
- gravador e fitas K7;
- lápis e papel;
- computador.

3.5. Instrumentos de Construção de Dados

Foi realizada pesquisa com entrevista qualitativa semi-aberta além de gravar alguns comentários relevantes para complementar as questões da entrevista. As entrevistas foram transcritas na íntegra, foram feitas comparações e contraposições de idéias e realidades, além das dificuldades e sugestões para alcançar desenvolvimento cognitivo e social efetivo.

3.6. Procedimentos de Construção de Dados

Com o objetivo de investigar quais as dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva, foi elaborada esta pesquisa e aplicada junto aos professores que trabalham diretamente com alunos com necessidades especiais.

Os entrevistados foram contatados e concordaram em fazer parte do projeto. A pesquisa foi realizada nas coordenações pedagógicas agendadas previamente com a devida colaboração da direção, coordenadores e supervisora pedagógica. Além de responderem a Questionário aberto, os entrevistados complementaram as questões oralmente sempre procurando acrescentar algum comentário que julgavam importante. Após a realização das entrevistas, todas as informações foram analisadas e transcritas na íntegra.

3.7. Procedimentos de Análise de Dados

Para efetuar a análise dos dados, as respostas dos entrevistados foram agrupadas por categorias. No primeiro momento foi analisado o conhecimento a cerca da Educação Inclusiva. Em um momento foi destinado a Qualificação Profissional, com o objetivo de identificar a oferta de cursos na área, a formação dos entrevistados, experiência profissional, o grau de preparação e levantar as dificuldades. Para finalizar foram analisadas as Práticas Educativas da Escola para direcionar as possibilidades de superação das dificuldades encontradas.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que as mudanças que devem ser realizadas nas escolas para favorecer a educação inclusiva depende da forma como os profissionais a percebem e como encaram esse processo de transformação. Para conhecer a concepção dos professores a cerca do tema foi feita a seguinte pergunta: “O que você entende por escola inclusiva?”, que gerou a seguinte categoria:

A. Conceito de educação inclusiva na perspectiva de professores.

“O que você entende por escola inclusiva?”

Ana Maria: “*A escola inclusiva é a que oferece a TODOS os alunos oportunidades de aprendizagens diversificadas de modo a contemplar as particularidades e diferenças de TODOS os alunos”.*

Júlia: “*É a escola onde deve haver acessibilidade para o aluno especial e que o professor tenha um pouco de conhecimento sobre o aluno para poder desempenhar um bom trabalho”.*

Fátima: *“A escola que atende os alunos com necessidades especiais em todos os seus aspectos”.*

Margarida: *“Entendo que seria bom desde que o sistema educacional facilitasse ao professor a capacitação mais próxima do cotidiano do mesmo”.*

Carla: *“Escola inclusiva é aquela que garante o acesso continuado ao espaço comum de vida, em sociedade, orientada por relações de receptividade a diversidade humana e as diferenças”.*

Anita: *“Escola inclusiva é aquela que reconhece a diferença respeitando-a para alcançar a igualdade e o respeito entre todos”.*

Carlos: *“Escola inclusiva tem a finalidade de promover a educação para pessoas com necessidades especiais em meio a outras pessoas e tem por objetivo transformar a educação em igualdade para todas as pessoas”.*

Rosária: *“Escola que proporcione um ambiente onde o aluno incluso, professor, alunos ditos normais e toda a comunidade estejam realmente preparados para trabalhar com as diferenças”.*

Edna: “*É a integração de alunos com necessidades especiais com os alunos de classes normais, trabalhando a inclusão como um todo”.*

Fernanda: *“É uma escola adaptada, equipada com atendimento especializado para dar suporte aos professores nas atividades desenvolvidas respeitando as particularidades de cada aluno”.*

Pode-se notar que o conceito já foi absorvido pelos profissionais da educação. Ou seja, a Educação Inclusiva é possibilitar a todos os alunos acesso ao conhecimento respeitando suas diferenças. Vale destacar a resposta da Anita que define: *“Escola Inclusiva é aquela que reconhece a diferença respeitando-a para alcançar a igualdade e o respeito entre todos”,*

esse conceito converge com as idéias colocadas por Mantoan (2006) citada anteriormente, não se pode ignorar a diferença, mas reconhecer e valorizar.

B. Qualificação Profissional

A qualificação do professor é apontada pelos teóricos como um dos problemas cruciais para uma inclusão de qualidade. Para diagnosticar a realidade foi perguntado aos entrevistados "qual a necessidade dos alunos atendidos por eles e como se sentem diante deles, pouco, muito ou razoavelmente preparado para lidar com elas?"

Ana Maria: *"Atendo um aluno com transtorno global do desenvolvimento (TGD) e um com deficiência física (DF)".* Ela diz que não se sente preparada para lidar com as necessidades especiais, mas em preparação.

Júlia: *"Tenho um aluno DI e me sinto preparada para lidar com esse fato, pois não vejo dificuldades em trabalhar com adequação curricular".*

Fátima: *"Atendo uma aluna com Síndrome de Down. Sinto que sou razoavelmente preparada, pois tenho pouco conhecimento e experiência referentes à síndrome".*

Margarida: *"Deficiência Intelectual. Me sinto razoavelmente preparada devido a minha iniciativa de trabalhar com essas deficiências".*

Carla*: "Atendo todos os alunos que são diagnosticados das séries iniciais. Me sinto razoavelmente preparada devido a minha prática, ou seja, experiência junto a esses alunos e a formação continuada que estou cursando atualmente".*

Anita: *"Atendo alunos com deficiência auditiva, sinto-me pouco preparada, pois não recebi uma formação adequada".*

Carlos: *"Atendo alunos com deficiência auditiva (DA) e TDAH. Me sinto razoavelmente preparado pois a escola proporcionou um curso de Libras básico para os professores em conjunto como os professores intérpretes e itinerante".*

Rosária*: "Alunos com deficiência auditiva. Pouco preparada para lidar com as necessidades educacionais especiais".*

Edna: *"Alunos com deficiência auditiva. Não me sinto preparada para trabalhar com esses alunos, mas eu recebo apoio da professora intérprete que me ajuda e facilita o meu trabalho, mas já trabalhei com um aluno autista que ao contrário eu não tive o amparo necessário para desenvolver um bom trabalho. Foi frustrante".*

Fernanda: *"Sou intérprete e percebo que os alunos não demonstram perspectivas para o futuro. Me sinto razoavelmente preparada para lidar com esta e outras situações, acredito que esta ausência de entusiasmo pode ser sanada com a chegada da maturidade".*

Percebe-se que os professores não se sentem seguros para desenvolver um bom trabalho, que cada dia é um desafio a ser vencido.

Chamou-me atenção a resposta da professora denominada Ana Maria que disse *"que não está preparada, mas em preparação",* pode-se notar que existe consciência por parte da professora que a preparação tem que ser constante, a cada dia, com cada aluno ou com a troca de experiência dos colegas. Outro ponto que chamou a atenção foi a resposta do Carlos que relata a iniciativa da escola, com o apoio do professor intérprete e da itinerante que tiveram disponibilidade de oferecer um curso básico de libras para facilitar a comunicação entre os professores e os alunos.

Contrapondo a isso, há o relato da professora Edna, que em outra ocasião trabalhou com um aluno autista, e se sentiu frustrada por não conseguir realizar um bom trabalho. Observa-se no relato da professora, a falta de apoio do professor da sala de recurso, do professor itinerante e o seu despreparo para trabalhar com o aluno em questão. Um dado que leva ter os 70% dos entrevistados, que relataram não terem recebido nenhuma preparação no curso de graduação para atuar com alunos com necessidades especiais, isso vem comprovar a necessidades dos órgãos competentes investirem em cursos de capacitação. Por esse motivo foi colocada a seguinte afirmação aos entrevistados:

"A Secretaria de educação promove cursos de formação continuada para os professores envolvendo a temática".

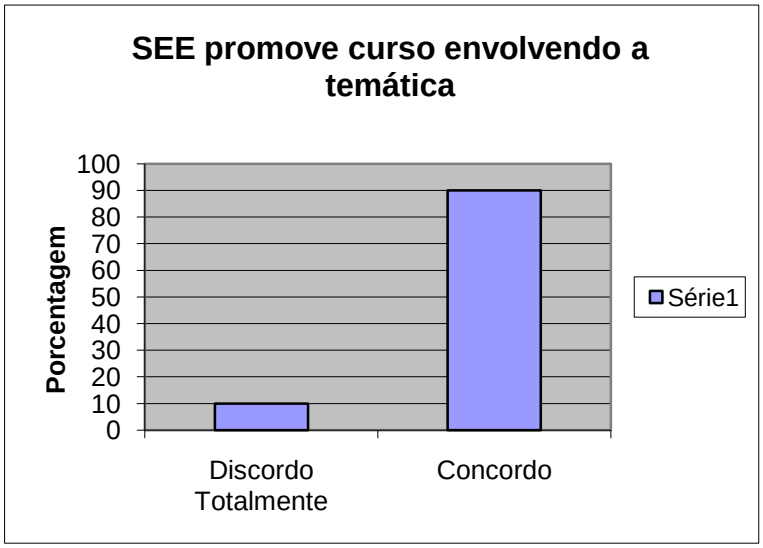

Figura 1- Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação.

Observando o gráfico, verifica-se que 90% concordam que a Secretaria de Educação oferece cursos na área, porém reclamam que a demanda de profissionais é superior a quantidade de vagas oferecidas, além de existir incompatibilidade de horários e os cursos serem ministrados em locais distantes do local de trabalho o que dificulta a conciliação entre o trabalho e o estudo.

Para mensurar a totalidade de professores que tiveram acesso a esses cursos, foi colocada a seguinte afirmação:

"Participei de alguma formação continuada (Atualização, Treinamento, Capacitação, etc.) envolvendo a temática nos últimos 3 anos".

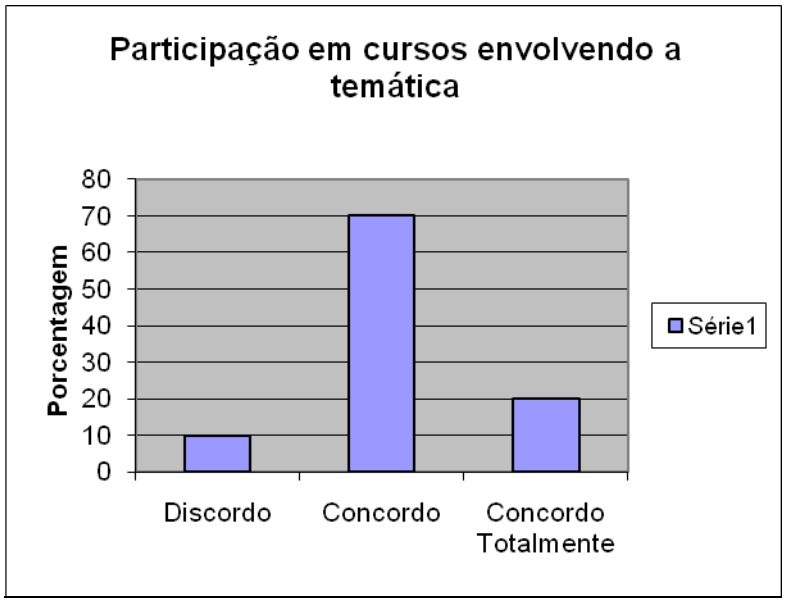

Figura 2 – Participação em cursos sobre a temática.

Analisando os dados, percebe-se que somente 10% dos professores não tiveram acesso a esses cursos, o que não justifica que os mesmos se sintam sem preparo para trabalhar com a inclusão. Sendo assim, foram questionados porque ainda não se sentem seguros com a inclusão?

Os professores relataram que existem muitos fatores que os deixam inseguros, em sua fala a professora Ana Maria diz *"é necessário estar sempre em preparação pois existem um grande número de diagnósticos e que um ou dois cursos não contemplam a todos",* ela já fez alguns cursos mas sente necessidade de investir em outros. A professora Fátima diz *"já fiz alguns cursos, mas atualmente estou trabalhando com uma aluna com Sindrome de Down, e ainda não fiz nenhum curso nessa área, estou procurando me informar",* a professora desabafa que *"gostaria de ter um apoio maior da professora da sala de recursos com sugestões de atividades e o apoio da família, pois observa que as tarefas de casa não são realizadas pela aluna".* O professor Carlos diz "*atualmente o professor precisa estar preparado para a diversidade, além dos alunos inclusos, existem alunos que são excluidos do sistema por inúmeros problemas, além da indisciplina e o desinteresse existem alunos que necessitam de atendimento psicológico devido conflitos familiares".* Como afirma Ribeiro, Cordeiro e Bastos (2007), os cursos de formação inicial devem orientar o futuro professor a desenvolver um ensino para a coletividade, valorizando a diversidade, assim como ser um professor capaz de encontrar soluções para os conflitos que surgem no seu cotidiano docente.

Continuando o debate a cerca do trabalho em sala de aula, perguntou-se. Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade? O que faz para saná-la?

Ana Maria: "*A falta de um ambiente destinado à educação de crianças com móveis menores, armários individuais, limpeza, parquinho, refletem diretamente nas atividades em sala de aula onde permanecem a maior parte do tempo. Outra dificuldade que reflete na sala de aula é a carência de atividades culturais e de lazer na comunidade, que remete à escola a função de promover essas atividades".*

Júlia: *“A maior dificuldade é a sala de aula superlotada o que dificulta o desempenho das atividades propostas em sala, onde por várias vezes a falta de atenção é muito grande”.*

Fátima: *“A aluna atendida não aceita atividades individualizada, o que dificultou o trabalho, pois a mesma tem a coordenação motora fina pouco desenvolvida. Eu tento realizar atividades para desenvolver a coordenação e a escrita, mas é necessário fazer um trabalho de conscientização da aluna e da família”.*

Margarida: *“Minha maior dificuldade está relacionada a família, pois a mesma não se interessa em querer o melhor, mas o que lhe é conveniente. Sempre procuro alternativas para a minha sala de aula e sempre vou atrás de informações”.*

Carla: *“A falta de suporte adequado considerando desde a estrutura física até a formação continuada tendo em vista que a oferta de curso é inferior a demanda de professores. Para sanar as dificuldades busco adaptações sempre que possível do espaço físico e participo de cursos ou palestras”.*

Anita: *“A maior dificuldade é a falta de entendimento da deficiência, não sabendo lidar com as reações dos alunos. Busco me inteirar da dificuldade estudando teses e dissertações”.*

Carlos: *“A maior dificuldade é a comunicação com os alunos, mas com o auxílio da professora intérprete consigo superar essa dificuldade e a partir dessa interação aprendo, ou seja, realizo um laboratório de Libras em todas as aulas”.*

Rosária: *“Conseguir transmitir o conteúdo de forma mais prática para que o aluno entenda. Existem palavras no conteúdo de História que não tem representação na língua de sinais. A intérprete relaciona a palavra com um sinal próximo do significado que preciso”.*

Edna: *“Eu não optei por trabalhar com os alunos especiais, não me sinto suficientemente preparada para trabalhar com eles. Procuro dar o melhor de mim, mas sempre acho que está faltando alguma coisa. Já fiz cursos, tenho muito amor para dar, mas mesmo assim sinto um grande vazio”.*

Fernanda: *”Minha maior dificuldade é o vocabulário em LIBRAS. Procuro sempre me manter atualizada, pois a variedade de sinais (LBS) é grande. Seria importante um dicionário voltado exclusivamente para as áreas específicas. Exemplo: Dicionário de matemática, português, química, etc.”*

Ao analisar as respostas, observa-se que além de investir em cursos é necessário preparar a escola, ter um ambiente adequado com espaço físico, recursos materiais, recursos humanos em quantidade suficiente, como equipe de apoio a aprendizagem, psicólogos, especialistas e o apoio da família.

De acordo Tardif (2002), a aprendizagem da docência ocorre também com a prática cotidiana, na qual o docente vai construindo saberes experienciais. Em relação ao tempo de dedicação a docência e atuação com a inclusão foram feitos os seguintes questionamentos:

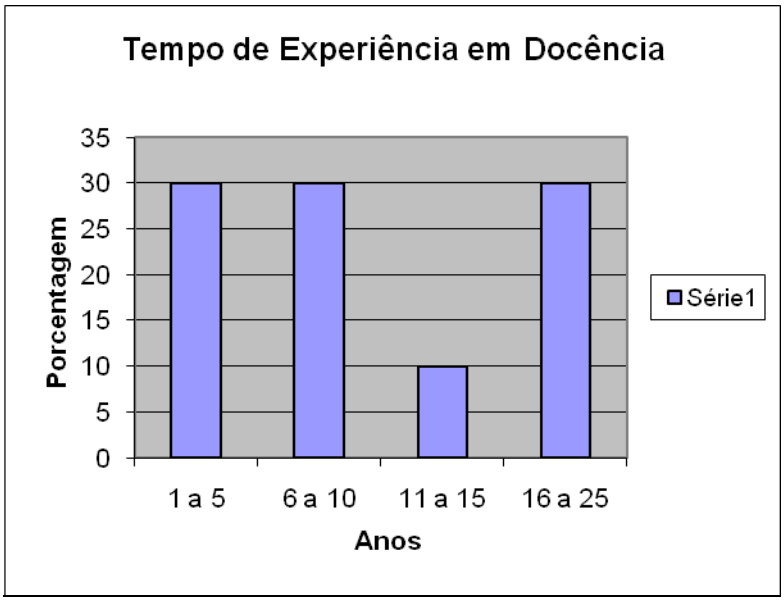

Figura 3 – Tempo de experiência em Docência.

“Tempo de trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais ou inclusos”:

Figura 4 – Tempo de experiência com alunos inclusos.

Analisando os gráficos verifica-se que 30% dos respondentes possuem experiência de 1 a 5 anos em docência. Essa parcela de profissionais são os

mesmos que receberam preparação para trabalhar com ANEE na graduação inicial, isso se deve ao fato de terem terminado a graduação recentemente. Esses profissionais apresentam maior facilidade de trabalhar com as diferenças, são menos resistentes as mudanças e demonstram maior segurança para o trabalho docente.

C. Práticas Educativas da Escola

De acordo Marchesi (2004), conclusão de estudos recentes destaca quatro fatores principais que favorecem a inclusão: projeto compartilhado, currículo adaptado, organização flexível e atitudes positivas da comunidade educacional. Para conhecer a realidade da instituição a qual esses profissionais e alunos estão inseridos foram feitas as seguintes afirmações/questionamentos:

"A minha escola possui acessibilidade para os alunos com necessidades educacionais especiais":

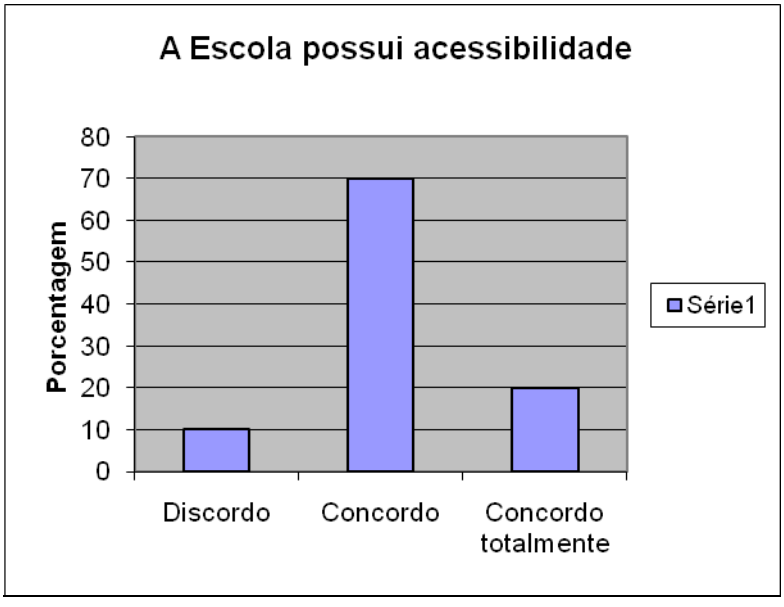

Figura 5 – Acessibilidade da escola.

Analisando os dados apresentados verifica-se que 90% concordam que a escola possui acessibilidade. A infra-estrutura da escola no ano de 2008

recebeu rampas, banheiros de acessibilidade, para atender os alunos com limitações físicas. A parte pedagógica conta com o apoio dos seguintes profissionais: sala de recurso, equipe de apoio a aprendizagem, orientação educacional, coordenação e supervisão pedagógica.

“Quanto à afetividade eu vejo que os alunos ditos normais são receptivos com os alunos inclusos”:

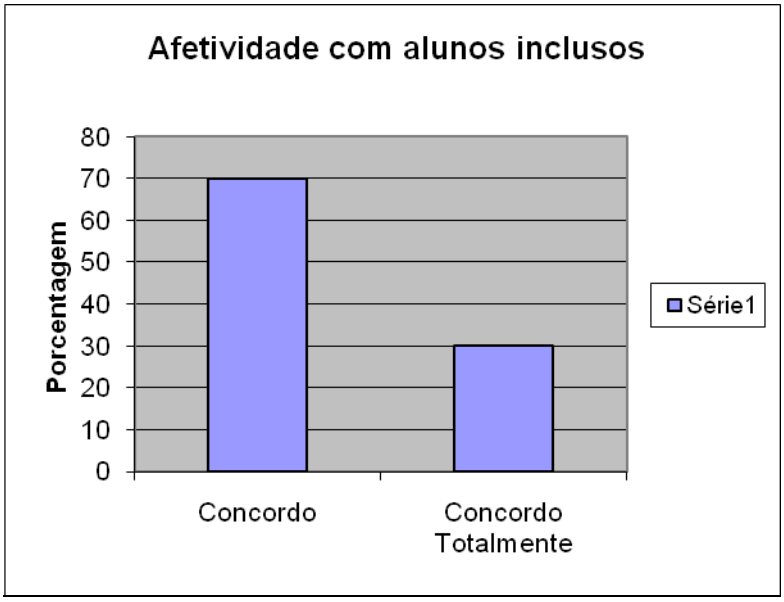

Figura 6 – Afetividade dos alunos ditos normais com os alunos inclusos.

De acordo os professores existe um relacionamento de respeito e solidariedade entre os alunos ditos normais e os inclusos. Os professores dos anos finais relatam que os colegas dos alunos com deficiência auditiva se esforçam para aprender a linguagem brasileira de sinais e procuram inserí-los nas atividades do dia-a-dia.

Como são as práticas educativas desta escola em relação à inclusão dos alunos? Você concorda com as práticas?

Ana Maria: *“O único ponto negativo em relação ao suporte da escola é a falta de pessoal especializado na equipe pedagógica. As pessoas presentes nessa equipe, apesar de competentes, não existe em número suficiente para atender aos alunos e fomentar as atividades dos professores”.*

Júlia: *“Um pouco, ainda falta mais suporte para esses alunos, visando um melhor acompanhamento e desenvolvimento do mesmo”.*

Fátima: *“Os alunos ANEE são bem aceitos, não percebo nenhuma discriminação, embora a estrutura física da escola não seja totalmente adequada”.*

Margarida: *“Existe o Projeto Político Pedagógico para atender a todos como a unificação do respeito mútuo”.*

Carla: *“Acho que a inclusão é um processo, sua implementação é gradual, acredito que a escola já deu os primeiros passos nesse processo, porém ainda há muito a ser feito”.*

Anita: *“Dentro das possibilidades a instituição desenvolve um trabalho educativo centrado no reconhecimento das limitações dos alunos e também atividades práticas adequadas aos alunos”.*

Carlos: *“Através de reuniões os professores junto com a coordenação e os professores intérpretes avaliam e planejam as atividades para a inclusão dos alunos”.*

Rosária: *"Temos o apoio de professores intérpretes, tivemos cursos de capacitação voltado aos professores que estavam atuando com os alunos DA, promovido pela própria instituição. A coordenação pedagógica esteve sempre apoiando, tirando dúvidas, possibilitando o intercâmbio de professores e DRE (Diretoria Regional de Ensino)".*

Edna: *"Há um grande índice de participação de alunos inclusos em atividades práticas em nossa escola, pois a mesma procura dentro de suas limitações, proporcionar o melhor para esses alunos, porém aos meus olhos, os portadores de necessidades especiais ainda sofrem muito com o descaso e rejeição por parte daqueles que não sabem lidar com as diferenças. Para acolher esses alunos tão necessitados de carinho e atenção não é necessário cursos, exige sim, um preparo bem maior".*

Fernanda: *"A escola busca atender as dificuldades de cada aluno, como também procura a melhor forma para aplicar as práticas educativas fazendo adaptações e se adequando conforme a necessidade do aluno. Temos professor intérprete, curso de libras para os professores e também somos auxiliados pela itinerante (apoio)".*

Verifica-se que esta escola busca inserir práticas educativas para favorecer a educação de qualidade. Como diz a professora Carla, *"a inclusão é um processo, sua implementação é gradual"*, por isso a instituição precisa continuar investindo no processo de reforma para oferecer um ambiente adequado, com recursos físicos e humanos suficientes, metodologias mais individualizado, trabalho em conjunto com os pais e na conscientização de toda a comunidade escolar.

Ana Maria relata "*O apoio especializado existe, porém é inferior a demanda. A equipe de apoio a aprendizagem, por exemplo, é composta pela pedagoga, o psicólogo não fica na escola, aparece com pouca freqüência o*

que faz com que demore o diagnóstico e prejudica o atendimento aos alunos". A professora Júlia complementa "*seria necessário ter móveis pequenos e uma menor quantidade de mesas e cadeiras em sala, para facilitar o atendimento aos alunos e o deslocamento dos alunos com deficiência física, cadeirante por exemplo, o que é impossível pois a realidade da escola não permite, porque nos outros turnos são atendidos os alunos das séries finais e da EJA com turmas com aproximadamente quarenta alunos"*. A professora Fátima informa "*não existem espaços físicos suficientes na escola, como parquinho, sala para reforço ou área para recreação".* A professora Anita diz "*é necessário investir em cursos para todos os profissionais da educação para que todos, direção, coordenação, supervisão, sala de recursos e equipe de apoio a aprendizagem possam desempenhar bem suas funções e se ajudem mutuamente".*

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos explícitos nesta pesquisa em identificar as dúvidas e anseios dos professores em relação à inclusão, analisar os avanços dos professores para o ensino da inclusão dentro de suas práticas, refletindo sobre as soluções, buscou-se entre os professores entrevistados resultados que sirvam de sustentação para possíveis mudanças dentro daquilo que propõe a educação de modo geral e especificamente dentro da inclusão. Dentre os resultados encontrados, percebe-se que os professores apesar da consciência da real necessidade da formação, também demonstraram fatores relevantes para a eficácia da aprendizagem, como espaço físico, recurso pedagógico e interação família e escola.

Todas as discussões foram embasadas teoricamente, fazendo o confronto das percepções dos professores com as possibilidades teóricas e os suportes oferecidos pelas políticas públicas, bem como, pela instituição de ensino em relação ao aluno com necessidades educacionais especiais. Apesar das dificuldades, a escola tem conseguido progresso na prática inclusiva, os professores são comprometidos e se empenham para buscar conhecimento teórico e fazer da escola um espaço que garanta o acesso e a permanência dos alunos, porém nota-se que a Instituição Educacional ainda não recebeu os investimentos necessários na sua infra-estrutura, os recursos materiais são escassos e os professores e especialistas ainda não conseguiram se articular para trabalhar em equipe, cada um desenvolve o seu trabalho isoladamente, o que exerce influência direta nos resultados e no nível de satisfação dos professores.

Quanto à prática pedagógica, verifica-se que houve avanços. Os professores não ficaram estagnados no tempo, buscam atividades que atendam as especificidades de cada aluno, usam o lúdico e buscam saídas para os desafios do dia-a-dia. Os gestores também têm espaço significativo dentro da concepção educativa para os alunos com necessidades educacionais especiais, estabelecerem uma relação direta com as necessidades dos

professores e buscarem meios que favoreçam melhorias dentro do trabalho pedagógico dos professores envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

É importante que o professor não se sinta sozinho nesse processo. A equipe de direção deve proporcionar momentos em que o profissional possa expor suas angústias, suas dúvidas, debater com os colegas e trocar experiências, além de coordenar as atividades para que o profissional da sala de recursos, a equipe de apoio a aprendizagem e os professores regentes trabalhem em consonância possibilitando uma educação de qualidade.

De acordo com as diversidades de aprendizagens e especificidade de cada aluno, tem-se nessa escola a prática de planejar os conteúdos dentro das possibilidades das aprendizagens, adaptando o currículo às necessidades de cada um.

Apesar dos entraves encontrados durante todo o processo desta pesquisa em relação ao bom desempenho das atividades dos professores que atuam em salas de aulas com alunos inclusos, ainda existe a vontade desses professores em desenvolver um trabalho significativo à aprendizagem desses alunos, sobrepondo assim todas as dificuldades existentes. Portanto, sugere-se aqui atitudes que podem ser eficazes ao processo, como melhor adaptação do ambiente, mais incentivo aos professores envolvidos, de forma que seja atrativa aos outros colegas e assim todos se posicionarem na busca de aperfeiçoamento de suas práticas, instrumentos e profissionais especializados mais próximos e de forma mais atuante dentro das escolas.

Que este trabalho vá ao encontro dos profissionais que ainda não despertaram o desejo de fazer parte do trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, sendo objeto de estímulo, e assim, sentir-se instigados a entrarem para esse pequeno grupo de professores corajosos e dedicados, porém com objetivos definidos e intencionalidades comuns, a de fazer a diferença na vida dos seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma Inclusão nada Especial**. São Paulo, 2002.

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, Vol. 3, Nº 5, 1999.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. IN: **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.** Brasília, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 05 out. de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____, LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2006.

_____, Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas de Deficiência. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 5 de fev. de 2011.

_____, Decreto n. 186, de 09 de julho de 2008. Dispõe sobre a convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: < http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

DAL-FORNO, Joseane Pozzatti e OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **O Professor na Escola Inclusiva: Construindo saberes**. In: ANPED – Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Educação, Caxambu, 2005. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 10 de abril de 2010.

Declaração de Salamanca, 1994. [S.1.,s.n.]. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 3.218, de 5 de novembro de 2003. Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, de 10 de Nov. de 2003. Disponível em: < htpp://www.mj.gov.br>. Acesso em 01 de fev. de 2011.

_____. Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF). Câmara Legislativa do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal de 9 de junho de 1993. Brasília, 1993. Disponível em:< http://www.mj.gov.br>. Acesso em 01 de fev. de 2011.

GINÉ, Climent. A avaliação psicopedagógica. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

GODOY, Arilda. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, 1995.

LIMA, Robson Carlos. **Uma Questão de Necessidade.** Disponível em: <http:www.webartigos.com.br>. Acesso em 26 de fev. de 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos.** Summus Editorial, São Paulo, 2006.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, L. C. **Cursos de licenciatura com bases inclusivas:** impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores. IN: JESUS *et al*(orgs.) inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, 1996.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos.** Summus Editorial, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Sônia Maria, CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado e BASTOS, Ivanilda Maria e Silva. **Formação de Professores para educação inclusiva: Reflexões sobre mudanças necessárias,** (2007).

SÁ, Elisabete Dias. **Inclusão Escolar; desafios.** Disponível em: <http:www.sociedadeinclusiva.pucminas.br>. Acesso em 13 de março de 2010.

SÁ, Elisabete Dias. **Educação Inclusiva no Brasil, Sonho ou Realidade?** Palestra apresentada na 6ª Jornada Especial “A Educação no Terceiro Milênio: Espaço para Diversidade. São Paulo, 2003. Disponível em: <http.www.bengalalegal.com>. Acesso em 12 de agosto de 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

APÊNDICE

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

A. Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para Professores

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito parcial para a conclusão do curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar, oferecido pela UAB/UnB, intitulado “Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva”, sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração. Sua identidade será preservada.

1. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Faixa etária:
   ( ) 20 a 30 anos ( ) 41 a 50 anos
   ( ) 31 a 40 anos ( ) Outra. Qual? _____

3. Escolaridade:
   ( ) Ensino Médio ( ) Superior ( ) Especialização ( ) Mestrado

4. Tempo de Experiência em Docência:
   ( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 5 anos ( ) De 6 a 10 anos
   ( ) De 11 a 15 anos ( ) De 16 a 25 anos ( ) Mais de 25 anos

5. Tempo de trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais ou inclusos:
   ( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 3 anos
   ( ) De 4 a 6 anos ( ) Mais de 6 anos
6. Na sua formação inicial você recebeu alguma preparação para atuar com ANEE? ( ) Sim ( ) Não

7. A Secretaria de educação promove cursos de formação continuada para os professores envolvendo a temática.
   ( ) Discordo totalmente ( ) Concordo
   ( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

8. Participei de alguma formação continuada (Atualização, Treinamento, Capacitação, etc.) envolvendo a temática nos últimos 3 anos.
   ( ) Discordo totalmente ( ) Concordo
   ( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

9. A minha escola possui acessibilidade para os alunos com necessidades educacionais especiais.
   ( ) Discordo totalmente ( ) Concordo
   ( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

10. Quanto à afetividade eu vejo que os alunos ditos normais são receptivos com os alunos inclusos.
    ( ) Discordo totalmente ( ) Concordo
    ( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

11. Atualmente, quais as necessidades educacionais especiais apresentadas pelos alunos que você atende? Como você se sente diante delas, pouco, muito ou razoavelmente preparado pala lidar com elas? Explique.

    _____
    _____
    _____
    _____
    _____

12. Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade? O que faz para saná-la? Explique.

    _____
    _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

13. O que você entende por escola inclusiva? Justifique.

_____

_____

_____

_____

14. Como são as práticas educativas desta escola em relação à inclusão dos alunos? Você concorda com as práticas? Explique.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

15. Descreva algumas sugestões necessárias dentro do sistema educacional para dar suporte ao trabalho docente, para que a inclusão aconteça na integra.

_____

_____

_____

_____

_____

ANEXOS

A. Carta de Apresentação

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

A (o) Diretor (a)

Escola....

De: Profª. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UNB de Santa Maria e Ceilândia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como conseqüência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. ..... DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº. .....

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Margaret do Rosário Silva sob orientação, Raquel Gomes Pinto, cujo tema é: Dificuldades enfrentadas pelos Professores na Educação Inclusiva, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e esclarecido

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores (as) Professores (as),

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Consta da pesquisa a aplicação de questionário junto aos professores da IE que trabalham com turmas inclusivas e ainda, entrevistas gravadas em áudio. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (61) 3901 6587ou no endereço eletrônico margaret-ro@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar.

UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____